

Pobreza no Portugal Europeu do Séc. XXI

Prof. Doutora Maria Sousa Galito
23 Dezembro de 2010

Índice

<i>Abstract</i>	1
Introdução	1
1. Cálculo da Pobreza Material de Portugal no Contexto Europeu	2
2. Causas e Consequências da Pobreza	10
3. Uma explicação Complementar	15
Conclusão	19
Bibliografia	20

Abstract

O artigo de investigação tem como objectivo analisar as estatísticas relativas à pobreza material portuguesa no contexto da União Europeia (UE). Identifica as causas e as consequências gerais da pobreza material, e algumas das razões mais profundas que explicam a pobreza material, a exclusão e as desigualdades sociais em Portugal.

Palavras-chave: Portugal, pobreza material, causas e consequências

Introdução

O artigo de investigação preocupa-se com a pobreza no Portugal europeu do séc. XXI, também sob a perspectiva da desigualdade e da exclusão sociais. Está subdividido em três capítulos.

O primeiro capítulo visa uma abordagem quantitativa, comparativa e macro entre Estados-membros da UE. Os indicadores escolhidos foram o coeficiente de Gini e a taxa de risco de pobreza. Esta última é subdividida em percentagem da população total; por faixas etárias (neste caso três intervalos temporais, menores de 18 anos, entre 18 e 64, e maiores de 65 anos); e por género (homens e mulheres).

O segundo capítulo aborda as causas e consequências gerais da pobreza, da desigualdade e da exclusão sociais.

O terceiro capítulo explica algumas das causas profundas destas matérias em Portugal. Definem-se diferentes conceitos de pobreza e de prioridades de vida, para tentar compreender que tipos de políticas podem ajudar um povo como o português a sair da sua condição de crise e de divergência no espaço comunitário (da UE). Inclui uma perspectiva multidisciplinar, considerada necessária para explicar questões determinantes para o bem-estar geral da população nacional.

1. Cálculo da Pobreza Material de Portugal no Contexto Europeu

Portugal é um Estado-membro da UE desde 1986. O espaço integrado possui preocupações específicas com o tema da pobreza e da exclusão social. O ano de 2006, por exemplo, foi dedicado à mobilidade dos trabalhadores; 2007 à igualdade de oportunidades (também no mercado de trabalho); 2008 ao diálogo intercultural; 2009 à criatividade e inovação; e 2010 ao combate à pobreza e à exclusão social.

A agenda comunitária para o ano de 2010 inclui iniciativas e programas coerentes com quatro princípios fundamentaisⁱ. Primeiro, a UE reconhece oficialmente direitos à dignidade e à integração na sociedade extensivos a todos (em particular dos que enfrentam situações de pobreza e de exclusão social).

Segundo, a Comunidade apela à participação e à responsabilidade partilhada (com ênfase para os deveres individuais e colectivos) de lutar contra a pobreza e a exclusão social.

Terceiro, no espaço comum promove-se a coesão social (com tónica sobre os benefícios sociais da erradicação da pobreza e de uma maior exclusão social).

Quarto, estimula-se a acção concreta a todos os níveis governamentais e ao compromisso de alcançar os objectivos da erradicação da pobreza e da exclusão social.

Sendo assim, o conceito de pobreza material insere-se na definição do Conselho Europeu de 1975, segundo o qual: «(...) uma pessoa diz-se na pobreza se o seu rendimento e recursos forem de tal forma inadequados que a impeçam de ter um nível de vida considerável aceitável na sociedade em que se insere.»ⁱⁱ

Com base na *Declaração de Copenhaga* (1995), a pobreza extrema é: «(...) uma condição caracterizada pela severa privação de necessidades humanas básicas, incluindo comida, água potável, higiene, saúde, habitação, educação e informação – pelo que dependente do acesso a um conjunto de serviços.»ⁱⁱⁱ

As esferas da pobreza e da exclusão social estão profundamente relacionadas com a questão da *desigualdade social*, a qual pode ser discutida a nível interno ou comunitário. Neste artigo de investigação serão analisados dados macroeconómicos e as comparações serão efectuadas entre países, no espaço da UE.

O *Coefficiente de Gini*^{iv} é uma das formas mais populares de medir a desigualdade social, neste caso baseada na *distribuição do rendimento* e que varia entre 0 e 1, sendo que “1” corresponde a uma situação de máxima heterogeneidade de rendimento, e “0” corresponde à máxima homogeneidade de rendimento.

A Tabela 1 indica valores por país com base no índice de Gini, sendo que o coeficiente está expresso em pontos percentuais, pelo que é igual ao coeficiente multiplicado por 100. Ou seja, o intervalo não é entre “0” e “1”, mas entre “0” e “100”, pelo que os valores correspondem, respectivamente à, máxima igualdade e máxima desigualdade de rendimentos no âmbito nacional.

Tabela 1: Coeficiente de Gini

Países/Anos	2009	2008	2007	2006	2005
União Europeia (27 Países)	30,4	30,7	30,6	30,2	30,6
União Europeia (25 Países)	30,2	30,4	30,2	29,9	30,3
Zona Euro (16 Países)	30,0	30,1	29,9	29,1	29,2
Alemanha	29,1	30,2	30,4	26,8	26,1
Áustria	25,7	26,2	26,2	25,3	26,2
Bélgica	26,4	27,5	26,3	27,8	28
Bulgária	33,4	35,9	35,3	31,2	25
Chipre	28,4	28,0	29,8	28,8	28,7
Dinamarca	27,0	25,1	25,2	23,7	23,9
Eslovénia	22,7	23,4	23,2	23,7	23,8
Eslováquia	24,8	23,7	24,5	28,1	26,2
Espanha	32,3	31,3	31,3	31,2	31,8
Estónia	31,4	30,9	33,4	33,1	34,1
Finlândia	25,9	26,4	26,2	25,9	26
França	29,8	29,2	26,6	27,3	27,7
Grécia	33,1	33,4	34,3	34,3	33,2
Holanda	27,2	27,6	27,6	26,4	26,9
Hungria	24,7	25,2	25,7	33,3	27,6
Irlanda	28,8	29,9	31,3	31,9	31,9
Itália	31,5	31,0	32,3	32,1	32,8
Látvia	37,4	37,7	35,4	39,2	36,1
Lituânia	35,5	34,0	33,8	35	36,3
Luxemburgo	29,2	27,7	27,4	27,8	26,5
Malta	27,8	26,9	25,7	27,3	26,9
Polónia	31,4	32,0	32,2	33,3	35,6
Portugal	35,4	35,8	36,8	37,7	38,1
Reino Unido	32,4	33,9	32,8	32,5	34,6
República Checa	25,1	24,7	25,3	25,3	26
Roménia	34,9	36,0	37,8	33	31
Suécia	24,8	24,0	23,4	24	23,4

Fonte: Eurostat (2010)^v

No período considerado (2005/09) Portugal revela Índices de Gini superiores a 35 em 100, pelo que mais elevados do que a média da União Europeia (quer a 25, quer a 27) e da Zona Euro. O que não são resultados auspiciosos, não obstante o índice seja cada vez menor desde 2005.

Em termos comparativos, o problema de desigualdade de rendimentos nacional é tão grave que, se ordenarmos os países do melhor índice de Gini para o pior no ano de 2009, Portugal coloca-se no terceiro lugar a contar do fim da tabela, a competir com países da Europa de Leste como a Látvia e a Lituânia.

Os resultados não são mais auspiciosos se nos contentarmos com a constatação de que o índice tem diminuído continuamente desde 2005 ou com a constatação de que subiu no ranking pois, em 2005, Portugal ocupava o último lugar da tabela.

Portanto, do ponto de vista da desigualdade de rendimentos e da hierarquia de 27 países, Portugal foi dos que menos velou pela qualidade de vida média do seu povo.

Podemos concluir que Portugal possui elevados indicadores de assimetria de rendimentos. Vejamos se também possui indicadores de pobreza material comparativamente elevada.

A Tabela 2 analisa a taxa de risco de pobreza em percentagem da população total, por país (ou grupo de países). A partir destes dados totais, subdivide-se a avaliação com base em grupos etários e em género humano.

Portanto, as Tabelas 3, 4 e 5 listam taxas de risco de pobreza por país (ou grupo de países), respectivamente, para menores de 18 anos, para a faixa etária compreendida entre os 18 e os 64 anos, e para os maiores de 65 anos de idade.

As Tabelas 6 e 7 referem-se taxas de risco de pobreza por país (ou grupo de países), respectivamente, para homens e para mulheres.

Tabela 2: Taxa de Risco de Pobreza – % da População Total^{vi}

Países/Anos	2009	2008	2007	2006	2005
União Europeia (27 Países)	16,3	16,5	16,7	16,5	16,4
União Europeia (25 países)	15,9	16,1	16,2	16,1	15,9
Zona Euro (16 Países)	15,9	15,8	16,1	15,4	15,2
Alemanha	15,5	15,2	15,2	12,5	12,2
Áustria	12,0	12,4	12,0	12,6	12,3
Bélgica	14,6	14,7	15,2	14,7	14,8
Bulgária	21,8	21,4	22,0	18,4	14
Chipre	16,2	16,2	15,5	15,6	16,1
Dinamarca	13,1	11,8	11,7	11,7	11,8
Eslovénia	11,3	12,3	11,5	11,6	12,2
Eslováquia	11,0	10,9	10,5	11,6	13,3
Espanha	19,5	19,6	19,7	19,9	19,7
Estónia	19,7	19,5	19,4	18,3	18,3
Finlândia	13,8	13,6	13,0	12,6	11,7
França	12,9	12,7	13,1	13,2	13,0
Grécia	19,7	20,1	20,3	20,5	19,6
Holanda	11,1	10,5	10,2	9,7	10,7
Hungria	12,4	12,4	12,3	15,9	13,5
Irlanda	15,0	15,5	17,2	18,5	19,7
Itália	18,4	18,7	19,9	19,6	18,9
Látvia	25,7	25,6	21,2	23,1	19,2
Lituânia	20,6	20,0	19,1	20,0	20,5
Luxemburgo	14,9	13,4	13,5	14,1	13,7
Malta	15,1	14,6	14,3	13,6	13,7
Polónia	17,1	16,9	17,3	19,1	20,5
Portugal	17,9	18,5	18,1	18,5	19,4
Reino Unido	17,3	18,7	18,9	19,0	19,0
República Checa	8,6	9,0	9,6	9,9	10,4
Roménia	22,4	23,4	24,8	:	:
Suécia	13,3	12,2	10,5	12,3	9,5

Fonte: Eurostat (2010)^{vii}

No que concerne à taxa de risco de pobreza em percentagem da população nacional total, e se hierarquizarmos os países no ano de 2009 da menor taxa para a maior, Portugal ocupa um lugar apenas mais elevado do que a Itália, a Espanha, a Estónia, a Grécia, a Lituânia, a Bulgária, a Roménia e a Látvia (um grupo que inclui os Estados do Sul da Europa e economias das menos desenvolvidas da Europa de Leste).

As taxas de risco de pobreza em percentagem da população total em Portugal foram, no período de 2005/2009, sempre mais elevadas do que a média da Zona Euro (15,9% em 2009) e da UE a 27 (16,3% em 2009). Não obstante as taxas tenham registado uma redução continuada no intervalo temporal, não foram suficientemente céleres na concretização dos objectivos de redução da pobreza material.

Os valores da Tabela 2 são consistentes com os resultados da Tabela 1 e que traduzem uma situação de vulnerabilidade nacional no contexto geo-social da UE. Portugal é um dos países com piores indicadores de assimetria de rendimentos, de desigualdade social e de risco de pobreza.

Tabela 3: Taxa de Risco de Pobreza – Menores de 18 Anos^{viii}

Países/Anos	2009	2008	2007	2006	2005
União Europeia (27 Países)	19,9	20,2	20,0	19,8	19,9
União Europeia (25 Países)	19,3	19,5	19,3	19,1	19,2
Zona Euro (16 Países)	18,9	18,8	18,3	17,3	17,5
Alemanha	15,0	15,2	14,1	12,4	12,2
Áustria	13,4	14,9	14,8	14,7	14,9
Bélgica	16,6	17,2	16,9	15,3	18,1
Bulgária	24,9	25,5	29,9	25,0	18
Chipre	12,0	13,6	12,4	11,5	12,8
Dinamarca	11,1	9,1	9,6	9,9	10,4
Finlândia	12,1	12,0	10,9	9,9	10,0
França	17,3	16,5	15,3	13,9	14,4
Eslovénia	11,2	11,6	11,3	11,5	12,1
Eslováquia	16,8	16,7	17,2	17,1	18,9
Espanha	23,7	24,4	24,3	24,5	24,2
Estónia	20,6	17,1	18,2	20,1	21,3
Grécia	23,7	23,0	23,3	22,6	20,4
Holanda	15,4	12,9	14,0	13,5	15,3
Hungria	20,6	19,7	18,8	24,8	19,9
Irlanda	18,8	18,0	19,2	22,5	23,0
Itália	24,4	24,7	25,6	24,5	23,6
Látvia	25,7	24,6	20,5	25,8	21,5
Lituânia	23,7	22,8	22,1	25,1	27,2
Luxemburgo	22,3	19,8	19,9	19,6	20,2
Malta	20,7	19,9	18,7	18,1	18,0
Polónia	23,0	22,4	24,2	26,3	29,3
Portugal	22,9	22,8	20,9	20,8	23,7
Reino Unido	20,8	24,0	23,4	23,9	22,9
República Checa	13,3	13,2	16,6	16,5	17,6
Roménia	32,9	32,9	32,8	:	:
Suécia	13,1	12,9	12,0	15,0	10,2

Fonte: Eurostat (2010)

Analizam-se agora situações concretas, consoante a faixa etária e depois com base no género humano.

Na faixa etária das crianças e jovens adolescentes (até aos 18 anos de idade), a taxa de risco de pobreza em Portugal era de 23,7% em 2005, a qual diminuiu para 22,9% em 2009. Continua a ser o melhor registo da Europa do Sul (posição acima em 2009 do que Espanha, Grécia e Itália) e de alguns dos países da Europa de Leste que mais dificuldades atravessam (Látvia, Lituânia e Bulgária).

Os 22,9% registados em 2009 por Portugal são ainda assim significativamente superiores às taxas médias da UE a 27 (19,9%) e da Zona Euro (18,9%) registadas no referido ano.

Tabela 4: Taxa de Risco de Pobreza – Dos 18 aos 64 Anos^{ix}

Países/Anos	2009	2008	2007	2006	2005
União Europeia (27 Países)	14,8	14,7	15,0	14,8	14,6
União Europeia (25 Países)	14,5	14,4	14,6	14,5	14,3
Zona Euro (16 Países)	14,6	14,4	14,7	14,0	13,5
Alemanha	15,8	15,4	15,2	12,6	11,9
Áustria	10,8	10,9	10,6	11,0	11,1
Bélgica	12,1	12,2	12,6	12,2	12,0
Bulgária	16,4	17,0	19,4	16,2	12
Chipre	11,5	11,1	10,1	10,6	11,1
Dinamarca	12,3	11,3	10,9	11,0	11,0
França	11,9	11,8	12,3	12,1	11,6
Eslovénia	9,2	10,5	9,8	9,7	10,4
Eslováquia	9,6	9,5	9,3	10,6	12,7
Espanha	16,9	16,4	16,4	16,0	16,1
Estónia	15,8	15,0	16,1	15,9	16,8
Finlândia	12,2	11,8	11,5	11,2	10,6
Grécia	18,1	18,7	18,7	18,4	17,1
Holanda	10,3	9,9	8,9	9,3	10,2
Hungria	11,9	12,0	11,6	14,5	13,2
Irlanda	13,2	13,4	14,4	15,3	16,0
Itália	16,4	16,3	17,6	17,6	16,4
Látvia	20,3	19,6	18,3	20,6	18,0
Lituânia	18,5	16,8	15,6	17,8	19,0
Luxemburgo	14,2	12,9	12,7	13,5	12,8
Malta	12,6	11,5	11,9	11,0	11,0
Polónia	16,0	16,3	17,2	19,1	20,4
Portugal	15,8	16,3	15,2	15,7	15,9
Reino Unido	14,9	14,7	15,1	15,6	16,2
República Checa	7,6	8,3	8,6	8,8	9,4
Roménia	19,8	20,0	21,1	:	:
Suécia	12,1	11,2	10,2	11,4	9,1

Fonte: Eurostat (2010)

Em 2009, as redes sociais capazes de proteger as gerações mais jovens localizam-se em países da Europa do Norte, tais como a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia, mas também no Chipre e na Eslovénia. Só depois surgem economias de forte protecção social tais como a austríaca e a alemã.

Os agentes activos da sociedade portuguesa da faixa etária dos 18 aos 64 anos, possuíam em 2005 uma taxa de risco de pobreza na ordem dos 15,9%, uma percentagem de oscilou no período de 2005/09, para se ficar pelos 15,8% em 2009.

Portugal continua a registar taxas mais elevadas do que as da média da Zona Euro (14,6% em 2009) e da UE a 27 (14,8% em 2009).

Tabela 5: Taxa de Risco de Pobreza – Mais de 65 Anos^x

Países/Anos	2009	2008	2007	2006	2005
União Europeia (27 Países)	17,8	18,9	19,4	19,0	18,9
União Europeia (25 Países)	17,3	18,4	18,9	18,5	18,4
Zona Euro (16 Países)	17,0	17,7	19,1	18,8	19,1
Alemanha	15,0	14,9	16,2	12,5	13,4
Áustria	15,1	15,0	14,0	16,2	14,3
Bélgica	21,6	21,2	23,0	23,2	21,4
Bulgária	39,3	33,8	23,9	19,9	18
Chipre	48,6	48,3	50,6	51,9	50,3
Dinamarca	19,4	18,1	17,7	17,4	17,6
Eslovénia	20,0	21,3	19,4	19,9	20,3
Eslováquia	10,8	9,9	8,4	8,5	7,1
Espanha	25,2	27,4	28,2	30,7	29,3
Estónia	33,9	39,0	33,2	25,1	20,3
Finlândia	22,1	22,4	21,6	22,0	18,5
França	10,7	11,0	13,1	16,1	16,4
Grécia	21,4	22,3	22,9	25,6	27,9
Holanda	7,7	9,4	9,5	5,8	5,4
Hungria	4,6	4,3	6,1	9,4	6,5
Irlanda	16,2	21,1	28,3	26,9	32,8
Itália	19,6	20,9	21,9	21,7	22,6
Látvia	47,5	51,2	33,3	29,8	21,2
Lituânia	25,2	29,5	29,8	22,0	17,0
Luxemburgo	6,0	5,4	7,2	7,9	7,8
Malta	19,0	21,5	19,4	19,7	19,7
Polónia	14,4	11,7	7,8	7,8	7,3
Portugal	20,1	22,3	25,5	26,1	27,6
Reino Unido	22,3	27,3	27,6	26,0	24,8
República Checa	7,2	7,4	5,5	5,9	5,3
Roménia	21,0	26,0	30,6	:	:
Suécia	17,7	15,0	9,9	11,3	10,1

Fonte: Eurostat (2010)

No concerne aos seniores (idades superiores a 65 anos) Portugal detém uma posição menos desconfortável que noutras faixas etárias. Se hierarquizarmos os países levando em consideração o ano de 2009, Portugal obtém um lugar acima de países como a Roménia, a Grécia, mas também da Bélgica, da Finlândia, do Reino unido, da Espanha, da Lituânia, da Estónia, da Bulgária, da Látvia e de Chipre.

A taxa de risco de pobreza na terceira idade em Portugal não é tão complicada como em faixas etárias mais baixas e é mais próxima da média europeia.

Em Portugal começou por haver um risco de 27,6% em 2005 que desceu significativamente para 20,1% em 2009. Leva-se em consideração que, em 2005, a taxa média da UE a 27 era de 18,9%, e na Zona Euro de 19,1%. Ao passo que em 2009, a taxa média da UE a 27 correspondia a 17,8%, e na Zona Euro a 17%.

Mas Portugal ainda está longe dos modelos sociais da Hungria, do Luxemburgo, da República Checa e da Holanda, nos quais, respectivamente, as taxas de risco de pobreza em 2009 eram tão baixas como 4,6%, 6%, 7,2% e 7,7%.

Seguem-se as avaliações comparativas com base no género, ou seja, na diferença entre homens e mulheres.

Tabela 6: Taxa de Risco de Pobreza – Homens^{xi}

Países/Anos	2009	2008	2007	2006	2005
União Europeia (27 Países)	15,4	15,5	15,9	15,7	15,6
União Europeia (25 Países)	15,1	15,1	15,4	15,3	15,2
Zona Euro (16 Países)	14,9	14,8	15,1	14,5	14,2
Alemanha	14,7	14,2	14,1	12,1	11,4
Áustria	10,7	11,2	10,6	11,0	11,5
Bélgica	13,4	13,6	14,4	13,7	14,1
Bulgária	19,8	19,8	20,9	17,3	13
Chipre	14,4	14,0	13,5	13,5	14,5
Dinamarca	13,0	11,7	11,3	11,4	11,6
Eslovénia	9,8	11,0	10,0	10,3	10,6
Eslováquia	10,1	10,1	9,8	11,8	13,2
Espanha	18,3	18,3	18,5	18,5	18,5
Estónia	17,5	16,5	16,7	16,3	17,4
Finlândia	12,9	12,7	12,1	12,1	10,6
França	12,0	11,9	12,8	12,3	12,3
Grécia	19,1	19,6	19,6	19,5	18,3
Holanda	10,8	10,5	9,6	9,5	10,6
Hungria	12,8	12,4	12,3	16,3	13,9
Irlanda	14,9	14,5	16,0	17,5	18,9
Itália	17,0	17,1	18,4	18,0	17,0
Látvia	24,2	23,1	19,3	21,1	18,3
Lituânia	19,1	17,6	16,7	19,1	19,7
Luxemburgo	13,8	12,5	12,9	13,8	13,2
Malta	14,7	13,7	13,8	13,2	13,1
Polónia	16,9	17,0	17,6	19,7	21,3
Portugal	17,3	17,9	17,2	17,7	18,7
Reino Unido	16,8	17,4	17,7	18,0	18,6
República Checa	7,5	8,0	8,7	8,9	9,7
Roménia	21,4	22,4	24,3	:	:
Suécia	12,0	11,3	10,5	12,3	9,0

Fonte: Eurostat (2010)

No que concerne aos homens, Portugal registava uma taxa de risco de pobreza de 18,7% em 2005, que diminuía para 17,3% em 2009. Resultados que, em 2009, colocam Portugal acima da taxa média de risco da UE a 27 (15,4%) e da Zona Euro (14,9%) e numa posição hierárquica apenas menos complicada do que a da Estónia, da Espanha,

da Grécia, da Lituânia, da Bulgária, da Roménia e da Látvia. O que é consistente com avaliações anteriores.

Tabela 7: Taxa de Risco de Pobreza – Mulheres^{xii}

Países/Anos	2009	2008	2007	2006	2005
União Europeia (27 Países)	17,1	17,4	17,5	17,2	17,0
União Europeia (25 Países)	16,7	17,0	17,1	16,8	16,6
Zona Euro (16 Países)	16,8	16,8	17,1	16,4	16,2
Alemanha	16,3	16,2	16,3	13,0	12,9
Áustria	13,2	13,5	13,3	14,0	13,1
Bélgica	15,7	15,9	15,9	15,6	15,5
Bulgária	23,7	22,9	23,0	19,3	15
Chipre	17,9	18,3	17,4	17,7	17,6
Dinamarca	13,3	12,0	12,0	12,0	12,1
Eslovénia	12,8	13,6	12,9	12,9	13,7
Eslováquia	11,8	11,5	11,2	11,5	13,5
Espanha	20,6	21,0	20,9	21,3	20,8
Estónia	21,6	22,0	21,7	19,9	19,1
Finlândia	14,7	14,5	13,8	13,1	12,7
França	13,7	13,4	13,4	14,0	13,7
Grécia	20,2	20,7	20,9	21,4	20,9
Holanda	11,3	10,4	10,7	9,9	10,8
Hungria	12,1	12,4	12,3	15,5	13,2
Irlanda	15,1	16,4	18,5	19,5	20,6
Itália	19,8	20,1	21,3	21,1	20,6
Látvia	27,0	27,7	22,7	24,8	20,0
Lituânia	21,9	22,0	21,3	20,8	21,3
Luxemburgo	16,0	14,3	14,1	14,3	14,2
Malta	15,6	15,5	14,9	14,1	14,3
Polónia	17,4	16,7	17,1	18,5	19,9
Portugal	18,4	19,1	19,0	19,1	20,1
Reino Unido	17,9	20,0	20,0	20,0	19,4
República Checa	9,5	10,1	10,5	10,8	11,0
Roménia	23,4	24,3	25,3	:	:
Suécia	14,5	13,0	10,6	12,3	10,0

Fonte: Eurostat (2010)

As taxas de risco de pobreza nas mulheres são superiores. A República Checa, a Holanda e a Eslováquia são os países que, em 2009, registavam taxas de risco de pobreza mais baixas nesta categoria.

No que concerne à hierarquia, a posição portuguesa não muda. Em 2009, Portugal registava uma taxa média de risco de pobreza entre as mulheres de 18,4%, ou seja, superior à da média comunitária (UE a 27 era 17,1%, e na Zona Euro 16,8%).

Portanto, conclui-se que Portugal conseguiu diminuir de forma contínua as desigualdades sociais e as taxas de risco de pobreza. Esta tendência foi todavia insuficiente para retirar o país do grupo com pior performance no espaço comunitário.

As suas taxas de risco de pobreza são, em regra, superiores às dos colegas da Europa do Sul e de alguns dos países com mais dificuldades económico-sociais da Europa de

Leste. Porém, o modelo social nacional mantém-se incapaz de evitar taxas inferiores a quinze/vinte por cento. O que implica níveis de pobreza mais elevados do que as médias auferidas na Zona Euro e na UE a 27; do que os registados por países da Europa do Norte, tais como a Finlândia, a Dinamarca e a Suécia; e de alguns de Leste como a Hungria e a República Checa.

Portugal atravessa um período especialmente difícil pois ainda gere os efeitos da crise económico-financeira de 2008 e procura soluções internas para a sua crise estrutural que se agrava há mais de uma década, desde o cumprimento dos critérios de convergência para adesão à Zona EURO, período a partir do qual passou a divergir económica e socialmente da média comunitária.

A pobreza de um povo também pode ser analisada do ponto de vista da sua falta de competitividade e de liderança no espaço geopolítico em que se insere (neste caso na UE), na incapacidade superar crises e de encabeçar rankings comunitários pela positiva.

No caso da pobreza e da exclusão social esta questão é especialmente grave, pois implica lacunas ao nível das redes de segurança dos recursos mais valiosos de um povo: o seu capital humano.

2. Causas e Consequências da Pobreza

Durante o período de crise económico-financeira internacional e perante as dificuldades nacionais de conseguir controlar o défice orçamental e a dívida pública com base nos critérios do *Pacto de Estabilidade e Crescimento*, o nosso país passou a ser incluído numa sigla britânica particularmente vexatória, a dos PIGS (Portugal, Itália, Grécia e Espanha), que abrange os quatro Estados da Europa do Sul.

Uma sigla que não tem nada de ingénua, pois pode ser interpretada a diferentes níveis, entre os quais geopolítico (como se o mundo anglo-saxónico e o Norte da Europa em geral fosse o grupo líder e mais disciplinado da UE) e religioso (como se os países de população de maioria católica ou ortodoxa tendessem a ser menos desenvolvidos economicamente do que os países onde domina o protestantismo).

Mas já internamente Portugal era conhecido pela sigla PPP (pequeno, periférico e pobre). Como se não bastasse a pressão externa e o pragmatismo do xadrez geopolítico internacional, os *próprios cidadãos contribuíam para a flagelação nacional* com uma ideia de si próprios *realista* para uns, *derrotista e sem visão de futuro* para outros.

No primeiro capítulo chegou-se à conclusão que, na perspectiva da pobreza material ou monetária e comparativamente com outros Estados-membros da UE, o país regista indicadores pouco abonatórios nesta matéria. O que poderá justificar uma performance tão ineficaz?

A palavra *pobre* deriva do latim (*pauper, pau + pario*) e significa *aquele que não produz o suficiente*. É um termo socioeconómico, pelo que intimamente ligado com a produtividade do capital humano e a sua dinâmica no mercado de trabalho, mas também com a exclusão social.

Em sentido literal, implica que *quem mais produz auferir melhores honorários mas quem leva mais tempo a produzir o mesmo recebe salários baixos*. Numa sociedade que valoriza a riqueza material, é importante manter elevados índices de produtividade e de competência laboral.

Mas como os agentes económicos não vivem em sistemas puros, a pobreza resulta em grande medida de falhas de mercado, as quais do ponto de vista económico são a concorrência imperfeita, as externalidades ou o fornecimento de bens públicos (quando este bloqueia o equilíbrio espontâneo dos mercados).

Outro problema que alimenta a pobreza é a corrupção. Sistemas baseados nas cunhas, no clientelismo, na imobilidade social ou na aplicação arbitrária de barreiras ao mérito, empurram alguns dos melhores trabalhadores para o desemprego. Sendo assim os abastados não são os que mais merecem mas os que possuem contactos privilegiados.

Quando uma Democracia não é (ou deixa de ser) um Estado de Direito e a Justiça não é aplicada de forma célere e imparcial, contribui para o aumento da assimetria socioeconómica interna. Os fornecedores a quem não são pagos os serviços e os clientes insatisfeitos não têm a quem apelar, as indemnizações por despedimento sem justa causa não são pagas aos trabalhadores, os investidores não têm a quem recorrer em caso de dificuldades, e os mercados desequilibram-se irremediavelmente.

A pobreza alastra quando os impostos são demasiado elevados. Ou se a população activa não é suficientemente numérica ou produtiva para sustentar um modelo social que mantenha as expectativas sociais (que se justificavam em períodos de crescimento económico mas são complicados de manter durante crises estruturais que se perpetuam).

Uma sociedade onde domina a inveja ou a pressão social sobre determinados grupos populacionais (racismo, xenofobia, misoginia) também devota à miséria quem tenta conseguir trabalho ou ascender na escada social.

Em determinados casos, a pobreza pode resultar do tráfico de seres humanos, do genocídio, da guerra ou do exílio político.

A pobreza também pode ser uma sequela da *destruição de propriedade privada ou colectiva* por factores naturais (dilúvios, maremotos, terramotos, pragas, etc.).

No fundo, quem perde o que é seu, já não tem nada a perder.

As consequências da pobreza são sociais e securitárias. As duas andam a passo. Quando uma percentagem significativa da população passa fome ou sofre elevadas perdas nas suas expectativas de bem-estar social, são expectáveis movimentações colectivas.

De que tipo? Na esfera pessoal aumentam as depressões do foro psicológico, os divórcios, as disfunções familiares ou comunitárias, as adições (ao álcool ou às drogas) e os suicídios.

Há indivíduos que procuram respostas e auxílio na religião ou na terapia de grupo.

A gestão de um orçamento limitado pode pôr em causa o investimento na educação formal, numa alimentação de qualidade, no pagamento de seguros de saúde ou de contas de hospital, no conforto (venda de propriedade privada, como a casa, o carro, electrodomésticos, etc.), no saldar das despesas fixas (tais como a água, a luz e o telefone). O número dos sem-abrigo pode crescer.

Uma consequência da pobreza pode ser a emigração (inclusive a fuga dos cérebros) ou a vulnerabilidade moral (prostituição, tráfico de armas e de droga, etc.).

A própria exclusão social é uma consequência da pobreza. As quais se reforçam mutuamente. Geram ruptura dos laços simbólicos e das referências sociais, as quais abrem janelas de oportunidade à desintegração familiar com risco de marginalização. Proporcionam o enfraquecimento das redes de entajuda e de solidariedade, que produzem insucessos em diferentes esferas estruturais, os quais podem ostracizar irremediável ou fatalmente indivíduos e grupos.

A definição de exclusão extravasa a noção de desigualdade baseada na vulnerabilidade de determinados indivíduos ou grupos sociais, por falta de reivindicação organizada, de iniciativas em prol da coesão social dos mais desfavorecidos.

Os desfavorecidos podem dividir-se em categorias sociais que estão mais ou menos identificadas, e que incluem: desempregados de longa duração, assalariados com baixa escolaridade, crianças, idosos com insuficiência de recursos económicos, famílias monoparentais com falta de fracos rendimentos; e pessoas com deficiência incapazes de, em sua consequência, obter ou manter um emprego. Mas também populações em risco, tais como, jovens delinquentes e sem-abrigo.

Para além das categorias gerais, existem grupos vulneráveis, fruto da discriminação social no mercado de trabalho, entre os quais mulheres, jovens à procura do primeiro emprego, e grupos étnicos/culturais minoritários com dificuldades de integração.

Qual a resposta da sociedade civil a estes dramas sociais num Estado de Direito? Antes de mais deve-se apelar à Lei, à Constituição, aos Tribunais.

Os cidadãos podem organizar-se e realizar manifestações pacíficas de descontentamento. Nestes períodos, os grupos de pressão (*lobbys*) tornam-se mais fortes, entre os quais os sindicatos dos trabalhadores e o patronato, que reivindicam sectorialmente.

Ainda assim, pelo menos em teoria, a própria sociedade civil pode movimentar-se no sentido de obter melhores condições de vida para todos.

Mas podem ocorrer casos isolados (ou não) de violência urbana ou rural. Por iniciativa colectiva ou por instinto de sobrevivência (em auto-defesa da sua integridade física ou moral).

Os índices de criminalidade podem aumentar drasticamente. Surgem então desactos localizados ou greves gerais sucessivas que paralisam o tecido económico durante dias. Até revoltas, golpes de Estado, golpes militares ou revoluções.

Mas atenção. Comunidades em que a mentalidade dominante é materialista e relativista, geralmente mobilizam-se de forma sectorial, com objectivos concretos que velam por interesses específicos que até podem ser contrários ao interesse do todo social.

Um grupo profissional quando faz greve para reivindicar os seus direitos nem sempre leva em conta que, para ganhar mais ou salvaguardar privilégios em período de crise económico-financeira, outros terão de ganhar menos (geralmente os desprotegidos do sector privado).

**A riqueza nacional é como um bolo.
Se uma fatia grande for atribuída a um indivíduo,
Os outros terão de se contentar com fatias pequenas?**

A teoria da mão invisível de Adam Smith é idealista. Quando os agentes velam fervorosamente pelo seu interesse pessoal, almejam a maximização do lucro e a minimização dos custos (e não a criação de emprego e a diminuição do desemprego). Lutam por privilégios extra, sem querer saber se tal contribui para o desemprego de milhares de indivíduos.

Um exemplo foi a crise internacional que desequilibrou os mercados internacionais partir de 2008, provocada pelos abusos efectuados sobre o sistema financeiro, fruto do egoísmo, da irresponsabilidade e da falta de supervisão do mesmo pelo Estado, com efeitos na economia real.

Logo, a pobreza material ou monetária possui causas e consequências que estão amplamente estudadas. A análise das mesmas, em pleno séc. XXI, é medida com base em diferentes indicadores padronizados internacionalmente e em modelos de múltiplas variáveis que possam, tanto quanto possível, espelhar a realidade de cada país.

Portugal não é excepção nesta matéria. As causas e as consequências gerais das suas desigualdades sociais e das elevadas taxas de risco de pobreza são semelhantes à de tantos outros países. Nos motivos, temos: baixa produtividade, escolaridade mínima e problemas de saúde; corrupção e contrariedades no normal funcionamento do Estado de Direito, falhas de mercado, sistema hierárquico rígido, falta de confiança individual e no colectivo, etc. As consequências são a criminalidade, a violência individual ou colectiva, a disfunção familiar, a emigração e a vulnerabilidade moral, etc.

Mas uma análise da realidade apenas focada na generalidade e não na especificidade de cada povo, não revela as raízes profundas da equação. Neste caso, no âmbito das causas e consequências da pobreza em Portugal.

Para começar, a crise lusa é estrutural (não é conjuntural, como noutros países), o que significa que *o problema está para ficar*, a não ser que a tendência seja contrariada através de políticas públicas *adequadas ao país*, estruturais e com visão de futuro.

Portanto, Portugal possui indicadores elevados de pobreza material no seio da UE, ou seja, ocupa os lugares derradeiros no ranking dos outros Estados-membros. Porquê? Porque as suas políticas de combate à pobreza são predominantemente conjunturais. As quais apenas *apagam fogos, não os evitam nem os combatem eficazmente.*

Outro problema é a insistência em aplicar directamente (sem adaptar e reequacionar) medidas que estão a obter bons resultados no estrangeiro. As políticas públicas que funcionam bem na Finlândia servem onde o crepúsculo é depois de almoço e o clima é frio, não em terras banhadas pelo mar e solarengas metade do ano. Se um povo é predominantemente fleumático, reage de uma forma diferente do que se for emotivo.

É indispensável conhecer o ponto de partida e a evolução histórica do povo em análise, pois as expectativas em relação à vida são diferentes consoante as culturas e a religião. As medidas devem levar em consideração as expectativas racionais mas igualmente emocionais dos portugueses, um povo com necessidades e características específicas

Porque a aplicação de políticas desajustadas ao contexto podem destabilizar o quotidiano dos povos e inviabilizar o seu futuro, em particular quando desenham um caminho escolhido pelas elites em desconformidade com a vontade popular maioritária, seja porque não é o mais desejado, ou quando apenas são populares as metas e não os meios.

Outra questão. O conceito de pobreza material incide especialmente sobre a falta de poder de compra decorrente da incapacidade de pagar um cabaz mínimo de subsistência com o rendimento disponível individual ou familiar. A definição complementar de exclusão social torna-se, portanto, indissociável pois acentua aspectos mais complexos que os meramente económicos da vida em sociedade.

A evolução do conceito de pobreza ao longo dos tempos surgiu da necessidade de explicar diferentes dimensões do fenómeno. A pobreza absoluta centra-se na incapacidade de satisfazer necessidades básicas, enquanto a pobreza relativa contextualiza os resultados numéricos nos padrões sociais.

Ainda assim, o conceito de pobreza objectiva difere da relativa, que depende da perspectiva. A pobreza também pode ser um modo de vida, pelo que pode ser voluntária e involuntária.

Todos estes conceitos devem ser levados em conta quando a abordagem é a pobreza no Portugal europeu do séc. XXI. Propõe-se um capítulo para explicação complementar que ajude a identificar algumas das razões mais profundas da pobreza nacional.

3. Uma Explicação Complementar

Um indivíduo pode ser rico em saúde. Uma família pode viver cheia de amor. Um povo pode ser abonado em valores. Um país pode ter liberdade abundante. Uma sociedade que centra a sua existência em necessidades crescentes é consumista e, portanto, materialista, pelo que baseia o conceito de riqueza/pobreza na comparação, na competição e na (sobeja) capacidade aquisitiva.

A riqueza pode ser espiritual ou material, herdada ou perdida. A pobreza pode ser conformada ou combatida. A frugalidade pode ser um modo de vida voluntário ou uma condição objectiva que resulta da indiferença geral de uma sociedade pouco solidária pelos seus desfavorecidos.

Se maior produtividade ajuda a combater a pobreza, nas listas internacionais, os portugueses são listados como um povo de baixa produtividade no mercado de trabalho. Porquê?

É voz corrente que os lusitanos são mais produtivos no país para o qual emigram do que em Portugal. Se a hipótese é verdadeira, depreende-se que: 1) o problema não está no capital humano mas no sistema em que opera; 2) mesmo quando menos escolarizado ou com problemas de saúde, o português médio é altamente motivado, determinado e criativo quando o sistema é competitivo e compensatório. Mas como *não gosta de trabalhar para aquecer* determina, com base em expectativas racionais, que se não ganha mais por ir trabalhar ou por incorrer em horas extra, opta pelo subsídio de desemprego ou pelo menor esforço.

Políticas públicas contra a escassez material e a heterogeneidade social grave devem ser equilibradas. Por um lado, devem promover redes de segurança e de solidariedade nacional para com os mais desprotegidos, no contexto de um Estado de Direito que vele por uma Justiça rápida e isenta.

Por outro lado, é determinante relacionar produtividade e melhores honorários, assegurar que o capital humano não emigra para o estrangeiro por falta de condições no mercado de trabalho interno, e promover o desenvolvimento (mais do que o crescimento) económico com base no interesse nacional.

Os povos são diferentes. Os EUA são uma nação de emigrantes e seus descendentes, unidos pela bandeira e por um forte patriotismo. Como não existe uma cultura e uma religião dominantes, a mentalidade nacional estimula a mobilidade social com base na riqueza material. Logo, um indivíduo planeia estudar vinte anos, para escolher um emprego que lhe permita auferir um elevado rendimento, para acumular bens materiais, os quais só obtém (num mercado altamente competitivo) se for eficiente e produtivo. No fim da vida ambiciona ir viver para a Florida (ícone de uma reforma abastada). O indivíduo, para consumir no presente, projecta no futuro as suas aspirações de lazer.

Mas a mentalidade projectada pela superpotência (que é importada) deixa o português médio algo perplexo, pois este não aguarda pelo fim da vida para fazer seja o que for. Queixa-se se não vai para a praia ao fim de semana. Um luxo para quem tem falta de

tempo, mas não de dinheiro, pois é só pegar no carro e está no máximo a duas horas de distância do mar. A maior parte da população portuguesa vive junto à costa.

A tónica está na perspectiva de vida. O português médio gosta da confraternização com os colegas de trabalho na pausa para café durante o horário de expediente, e reclama do Chefe de Divisão se ele faz queixa, pois acredita que *no local de trabalho o ambiente deve ser familiar* e acolhedor.

O português médio prefere estar mais tempo com a família e com os amigos do que a empenhar-se para ser nomeado *empregado do ano*. O luso valoriza o tempo de lazer no momento presente. Tem dificuldades em projectar-se continuamente no futuro, porque entretanto pode ter morrido.

Resumindo, porque é que os portugueses em média são dos menos produtivos da Europa? Porque produtividade não é uma prioridade nas suas vidas. Uma questão que partilham com os povos banhados pelo mediterrânico (Portugal é atlântico). As suas preferências não se compram com dinheiro.

Por um lado, ou os Governos ajudam a mudar mentalidades ou planeiam políticas públicas que procurem tirar o melhor partido do povo que administram. Forçar e contrariar apenas geram depressão individual e colectiva.

Por outro lado, o objectivo é aumentar a produtividade dos portugueses para que possam gerar mais riqueza passível de ser distribuída equitativamente. O incremento da produtividade não implica necessariamente mais horas de trabalho do que as estabelecidas. Exige eficiência e eficácia extra. A solução está no capital humano, que depois gere as suas prioridades como preferir.

Vejamos a questão sob prisma complementar. O conceito de trabalho. No Portugal da Idade Média quem trabalhava era pobre (servo da gleba). Vivia livre mas na sombra do senhor feudal. Invejava a abastança material dos nobres, que se ocupavam a caçar, a comer e a beber. Não havia mobilidade social.

Em contrapartida, a educação religiosa valorizava a frugalidade, a solidariedade, a filantropia com base em princípios religiosos. A História recorda o exemplo do Santo Condestável Nuno Álvares Pereira que (no fim da vida, é certo!) abdicou das suas imensas riquezas para viver na pobreza como forma de purificar o espírito e se dedicar a Deus. D. Isabel foi elevada à categoria de Rainha Santa porque era abnegada e altruísta.

Entretanto, a pobreza material deixou de ser uma virtude. Em pleno séc. XXI, a mobilidade social baseia-se na capacidade de gerar rendimento do seu trabalho.

**Hoje em dia, quem trabalha é rico?
Ou a corrupção inviabiliza a meritocracia quase tanto como antigamente?**

A ONG *Transparência Internacional* divulga anualmente um *Índice de Percepções de Corrupção (IPC)*¹. Nesta classificação, publicada desde 1955, a graduação vai de 0

¹ TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2009). Corruption Perceptions Index 2009. *TI – The Global Coalition Against Corruption*, Surveys and Indices, Policy Research, CPI 2009 Table. URL: http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table

(países mais corruptos) a 10 (países com menos corrupção). O índice é calculado com base em 13 pesquisas de opinião e relatórios de dez organizações não governamentais. O índice reúne pareceres sobre corrupção, pelo que traduz a imagem internacional que o país possui junto de *referências de opinião* previamente consultadas.

Acontece que o IPC colocava Portugal em 35º lugar no ranking de 2009, em que os 180 países eram encabeçados pela Nova Zelândia. A Portugal era atribuída uma pontuação de 5,8 enquanto ao país líder era atribuída uma classificação de 9,4 em 10. A diferença é significativa.

A Holanda foi o Estado-membro da UE com melhor IPC (6ª posição, com pontuação 8,9). Os países da UE com pior performance que Portugal foram: Malta (45º, com pontuação 5,2), a Polónia (49º com pontuação 5,0), República Checa e Lituânia (*in exequo* na posição 52º, com 4,9). Letónia e Eslováquia (*in exequo* na posição 56º, com 4,5), Itália (63º lugar, com 4,3). Bulgária, Grécia e Roménia (*in exequo* no 71º lugar, com 3,8).

A má performance portuguesa justifica-se em função de leis herméticas e cheias de regras que ninguém compreende, com excepções que permitem o abuso do sistema. Um aparelho da Justiça que funciona lentamente e de forma nem sempre transparente. A dificuldade de combater a corrupção de forma sistemática e eficiente, são algumas das razões para a colocação de Portugal no 35º lugar em 2009.

A corrupção em Portugal alimenta interesses instalados e não fomenta a meritocracia. Razões que justificam o descontentamento da população, sobretudo a desempregada, vulnerável ou marginalizada socialmente em sua consequência.

**Um país é pobre por não ter recursos?
Por não os saber gerir?
Ou por não os saber distribuir equitativamente?**

Em 1986, Portugal tornou-se Estado-membro da UE. O objectivo era fazer parte do grupo dos mais desenvolvidos e aproveitar os fundos comunitários (temporários) em prol da convergência económica em relação ao motor franco-alemão.

Entretanto, os fundos não foram tão bem aproveitados quanto deviam, alguns foram recambiados para a fonte, e vinte e quatro anos volvidos o país continua a divergir economicamente da média comunitária. Mesmo que estejamos um pouco melhor do que há três décadas atrás, comparativamente continuamos pobres.

A corrupção e a subsequente pobreza são produto do materialismo?

Hoje em dia em Portugal, a mentalidade dominante baseia-se no *bem-estar material* (estatuto social para quem muito possui e mais desfrutar no futuro), que não se centra em conceitos abstractos definidores do caminho colectivo, mas em princípios pessoais que dependem da perspectiva (relativismo), tal como o preço dos bens depende do valor que o mercado lhes atribui (lei da oferta e da procura). Os Estados na UE (ainda) dispõem de um modelo social que confere uma *rede de segurança na dificuldade* e conforto material na idade sénior (reformas).

Neste contexto, a ambição e competitividade podem abrir a janela da pobreza a quem possui o suficiente para viver, se cair no exagero *de desejar o que não pode ter* (se recorrer ao crédito de forma irresponsável) ou até invejar o que é alheio.

Por exemplo, o crédito é uma ferramenta de trabalho e sobretudo de investimento. O problema não está no seu uso mas no seu abuso. Quem recorre ao crédito meramente para consumo e de forma inconsciente, incorre no risco de descontrolo das suas finanças. Muitas famílias declararam recentemente falência apesar de auferirem rendimentos acima da média nacional.

**A poupança e a frugalidade são virtudes?
Ou devemos seguir o ideal de Hollywood?**

Admite-se uma ambivalência com repercussões tangíveis nas escolhas diárias dos portugueses. Descontando as camadas mais jovens que apenas aprenderam o segundo discurso, pergunto-me se não há uma ou duas gerações confusas com a mais recente mudança de paradigma.

Resumindo, há povos que enfrentam dificuldades, mesmo em sociedades onde aparentemente há mais recursos (com a adesão à UE, Portugal passou a receber biliões de euros em fundos estruturais), devido a uma mentalidade enraizada, de tradições arraigadas que transitam de gerações em gerações e que, portanto, resistem a *modus vivendi* importados que lhe sejam contrários, ou nos quais não se revêem.

Ou seja, as políticas públicas favoráveis à inclusão, à criação e melhor distribuição da riqueza nacional, não podem ser abstractas ou desenhadas por burocratas no gabinete, devem levar em consideração o tecido social, mormente as tradições culturais e religiosas da população.

Por um lado, admite-se que o momento presente resulta de uma evolução histórica. Por outro lado, potenciais mudanças de paradigma, quando não são implementadas gradualmente, geram reacções e contraposições passíveis de *inviabilizar melhores resultados*, a natural progressão do país.

O problema não reside apenas na performance dos pequenos agentes económicos, no aumento do crédito mal parado ou nas famílias em risco de insolvência. O próprio Estado, que deve dar o exemplo, fez uma má gestão dos dinheiros públicos.

Como houve uma crise global, o Estado português assumiu medidas de estímulo à economia, o buraco do défice cresceu e a dívida directa efectiva do Estado, ultrapassou em muito o permitido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Exige-se maior disciplina nas contas do Estado. Portugal precisa produzir mais e repartir melhor. É possível, com planificação e visão de futuro, com base na vontade nacional. No fundo, o Estado é o espelho da própria sociedade. *O Estado somos todos nós.*

Conclusão

O artigo analisou estatísticas que comparam a desigualdade de rendimentos entre países (através dos resultados obtidos pelos índice de Gini) e de pobreza material ou monetária, com base na taxa de risco de pobreza da população total, análise passível de se subdividir em faixas etárias (neste caso três, menores de 18 anos, entre 18/64 e maiores de 65 anos) e de género humano (homens e mulheres).

Chegou-se a conclusão que as assimetrias de rendimentos em Portugal são elevadas, com índices de Gini que, em 2005 eram os mais elevados da UE a 27 países e que, em 2009, apenas superavam os resultados da Látvia e da Lituânia.

As taxas de risco de pobreza em Portugal, em percentagem da população total, por género e por faixas etárias, são consistentes e pouco mais reconfortantes que os do Índice de Gini.

O conceito de pobreza traduzido pelos indicadores padronizados internacionais corresponde à falta de poder de compra decorrente da incapacidade de pagar um cabaz mínimo de subsistência com o rendimento disponível individual ou familiar.

A concepção de pobreza material ou monetária tem o conveniente de ser mais fácil de traduzir em números do que a espiritual, porque se baseia numa avaliação estatística. A qual permite a comparação directa entre países.

As causas da pobreza material e da subsequente exclusão social estão elas próprias padronizadas e podem ser identificadas (de uma forma mais ou menos excessiva e veemente) nos diferentes países, entre os quais Portugal: a baixa produtividade laboral que se traduz por baixos salários. Ou, frequentemente, por razões externas ao trabalhador individual que se esforça para sair da miséria e que são a corrupção, as falhas de mercado (externalidades, bens públicos e concorrência imperfeita), a destruição da propriedade privada por calamidade natural ou delinquência.

Portugal também regista ineficiências no sistema democrático quando não aplica uma Justiça célere e imparcial. O que produz falta de esperança no futuro na população, em função das forças que bloqueiam a justa compensação monetária pelo seu mérito e a subsequente mobilidade social a que tem direito.

Existem explicações da pobreza que são gerais para cada país, mas as verdadeiras razões da miséria e da exclusão social em Portugal são profundas e específicas. Os problemas próprios do território nacional derivam de mudanças de paradigmas (sociais, políticos e geopolíticos) demasiado rápidos, ou que envolveram insuficientemente a população para serem assimilados por esta.

Portanto, a UE desenha um quadro geral de referência para 27 países diferentes, com os quais Portugal está em permanente competição sem conseguir controlar a corrida porque regista elevados Índices de Gini e altas taxas de risco de pobreza material.

A pobreza de um povo também se analisa do ponto de vista da sua falta de competitividade e de liderança no espaço geopolítico em que se insere (neste caso na UE), na incapacidade superar crises e de encabeçar rankings comunitários pela positiva.

Portugal diverge económica e socialmente da UE, e deixou de haver uma visão clara sobre o interesse individual e colectivo que lhe permita, mais do que sobreviver, viver para vencer o desafio. A situação parece ser insustentável se o cenário for de continuidade. Aguarda-se por uma mudança de perspectiva e de liderança nacional que combata eficazmente a pobreza, a desigualdade e a exclusão sociais.

ⁱ Cf. EUROPEAN COMMISSION (2010). *Combating Poverty and Social Exclusion – A Statistical Portrait of the European Union 2010*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, pp. 5-6.

ⁱⁱ O conceito de pobreza prossegue nos termos seguintes: «Por causa da sua pobreza podem experimentar múltiplas desvantagens através do desemprego, rendimento baixo, más condições habitacionais, cuidados de saúde inadequados e barreiras à aprendizagem continuada, cultura, desporto e lazer. São muitas vezes excluídos e marginalizados de participar em actividades (económicas, sociais e culturais) que são a norma dos outros indivíduos e o acesso aos direitos fundamentais pode ser restrito.» [EUROPEAN COMMISSION (2010), *op. cit.*, p. 6]

ⁱⁱⁱ *Id. Ibid.*

^{iv} O Coeficiente de Gini foi criado pelo italiano Corrado Gini, primeiro publicada no documento *Variabilità e Mutabilità* de 1912.

^v EUROSTAT (2010). Gini Coefficient. *European Commission/ Eurostat Database*. Income, Social Inclusion and Living Conditions. URL: < <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal> >

^{vi} Risk of poverty rate (cut-off point: 60% of median equivalised income after social transfers).

^{vii} EUROSTAT (2010). At Risk of Poverty Rates by Age and Gender. *European Commission/ Eurostat Database*. Income, Social Inclusion and Living Conditions. URL: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/>>

^{viii} Risk of poverty rate (cut-off point: 60% of median equivalised income after social transfers).

^{ix} Risk of poverty rate (cut-off point: 60% of median equivalised income after social transfers).

^x Risk of poverty rate (cut-off point: 60% of median equivalised income after social transfers).

^{xi} Risk of poverty rate (cut-off point: 60% of median equivalised income after social transfers).

^{xii} Risk of poverty rate (cut-off point: 60% of median equivalised income after social transfers).

Bibliografia

EUROPEAN COMMISSION (2010). *Combating Poverty and Social Exclusion – A Statistical Portrait of the European Union 2010*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

EUROSTAT (2010). At Risk of Poverty Rates by Age and Gender. *European Commission/ Eurostat Database*. Income, Social Inclusion and Living Conditions. URL: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/>>

EUROSTAT (2010). Gini Coefficient. *European Commission/ Eurostat Database*. Income, Social Inclusion and Living Conditions. URL: < <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal> >

TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2009). Corruption Perceptions Index 2009. *TI – The Global Coalition Against Corruption, Surveys and Indices, Policy Research, CPI 2009 Table*. URL: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table>